

Liberty Seguros S.A.

C.N.P.J. nº 61.550.141/0001-72

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31/12/18 e 2017 (Em milhares de reais, exceto

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, a carteira de seguros Auto da Liberty Seguros, que representa 81% das operações, registrou a marca de 1,3 milhão de veículos segurados. Acumulamos outras linhas de negócios, a seguradora registrou o total de R\$3,4 bilhões de prêmios emitidos. Para sustentar esta operação, a Liberty conta com ativos de R\$4,1 bilhões e reservas de R\$2,5 bilhões, além de um lucro líquido de R\$178 milhões e ROE de 18%. Este volume de operações coloca a companhia no 11º lugar no ranking geral das maiores seguradoras (sem previdência e saúde) e no 6º lugar no ranking de Auto. **Experiência ágil e acolhedora a clientes:** Oferecer um atendimento ágil e acolhedor é um dos principais elementos da cultura organizacional da seguradora. Com o propósito de ajudar as pessoas a aproveitarem o hoje e buscarem o amanhã com confiança, a companhia busca diariamente a eficiência e o alto desempenho dos serviços prestados. Todas as áreas são responsáveis e comprometidas com a diretriz de oferecer uma experiência de qualidade e a sinergia entre elas é fundamental para o sucesso da operação. Focada em alcançar níveis de excelência cada vez mais altos no atendimento ao consumidor, a Liberty Seguros conquistou por três anos consecutivos o Prêmio Reclame Aqui, cujo voto popular elegeu a seguradora como a melhor em seu relacionamento com os clientes. A seguradora também investe constantemente em aumentar as capacidades de autosserviço para que seus segurados possam resolver suas questões de autonomia e no momento mais conveniente para eles. Acessando as

ferramentas digitais da Liberty Seguros, é possível solicitar assistências, avisar um sinistro por meio de mensagem de voz, acompanhar em tempo real a localização do guincho solicitado e realizar pagamentos via cartão de crédito direto no aplicativo. Pensando em oferecer vantagens que vão além de um seguro de qualidade, neste ano, a Liberty Seguros reformulou o Clube Liberty Momentos, plataforma de benefícios que oferece opções de entretenimento, descontos em restaurantes e muitas outras experiências. Dessa forma, a seguradora se faz presente no dia a dia dos segurados, para que possam aproveitar também os momentos que importam com a família e amigos. **Desenvolvimento e reconhecimento ao corretor:** A Liberty Seguros reconhece a importância do corretor para a sustentabilidade do negócio e tem como compromisso oferecer condições e conhecimentos para crescer os negócios e a carreira dos profissionais parceiros. Por isso, a seguradora promove uma série de iniciativas focadas no desenvolvimento e relacionamento com o corretor. Dentre elas, o Programa Conexão, que oferece um pacote de ações baseado em cinco pilares: comunicação, incentivo, encantamento, treinamento e inovação. Em 2018, cerca de 2.800 corretores receberam treinamentos pela plataforma do Programa, mais de 2 mil foram premiados nas campanhas de incentivo, quase 70 mil brindes foram distribuídos e 789 profissionais participaram de encontros regionais. **Inovação para construir um futuro de valor:** A inovação é um dos pilares da estratégia que move o Grupo Liberty Seguros e está baseada em três pilares: Cultura, Pesquisa e Projetos. Para cada uma dessas vertentes, a seguradora desenvolveu iniciativas que visam engajar o público interno,

o lucro líquido por ação) fornecer subsídios para que as equipes possam trabalhar a inovação no dia a dia e conectar a empresa com o público externo, como clientes, startups, corretores e instituições de ensino que possam agregar e fortalecer esse processo. Algumas das iniciativas de destaque são: Direção em Conta, aplicativo que, por meio da telemetria, mapeia o comportamento dos usuários enquanto dirigem e gera descontos personalizados ao usuário; e a Auto Vistoria, que permite que segurados avaliem os seus veículos de forma rápida e prática, por meio do app da Liberty; Projetos como esses que levaram a Liberty, pelo segundo ano consecutivo, a ser eleita uma das Top 3 Seguradoras Mais Inovadoras no Prêmio Valor Inovação Brasil, do Valor Econômico. Para nós, o futuro tem valor e por isso acreditamos que nossa empresa e funcionários podem colaborar com o desenvolvimento sustentável da sociedade. **O Isso tem Valor** é nosso programa de Sustentabilidade, atuamos através de 3 pilares com iniciativas que buscam compensar os impactos socioambientais causados pelo nosso negócio e empoderar as pessoas no âmbito social para garantirmos um futuro de valor para as próximas gerações. Em 2018, apoiámos 9 Instituições com verba incentivada, formamos por enquanto 200 jovens com o segundo ano do "Programa Liberty Seguros de Educação Profissional" em parceria com um Centro Educacional, capacitando-os para ingressar no mercado securitário, impactamos mais de 600 mulheres com o programa Mulheres Seguras em eventos e iniciativas sociais, além de oferecer mentoria para mulheres empreendedoras através do Facebook. Ao todo, 80% dos nossos funcionários participaram de ações de voluntariado.

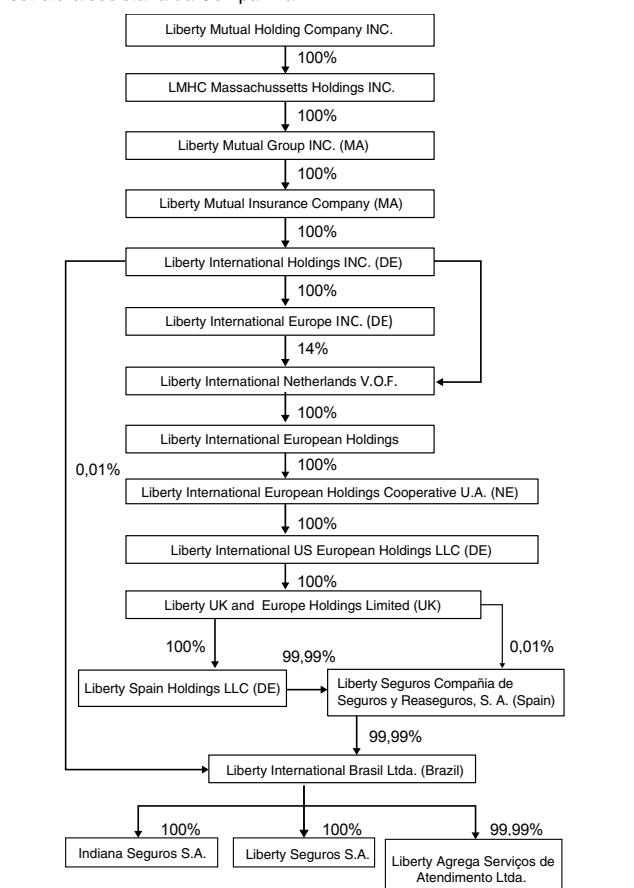
Balancos patrimoniais	Notas	31/12/18	31/12/17
Ativo/Circulante		2.287.309	1.774.443
Disponível	5.2. e 6.	37.602	56.273
Caixa e bancos		37.602	56.273
Equivalente de caixa	5.2. e 6.	217	204
Aplicações	5.2., 5.3. e 7.	591.368	342.819
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2.	1.088.524	914.547
Prêmios a receber	8.	1.057.062	867.183
Operações com seguradoras		5.024	6.318
Operações com resseguradoras		26.438	41.046
Outros créditos operacionais	5.2.	80.581	69.163
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	96.338	70.218
Títulos e créditos a receber		45.227	20.593
Títulos e créditos a receber	10.1.	39.997	17.713
Créditos tributários e previdenciários	9.	88	75
Outros créditos	10.2.	5.142	2.805
Outros valores e bens	10.3.	34.100	25.263
Bens a venda		34.062	25.218
Outros valores		38	45
Despesas antecipadas		7.616	5.413
Custos de aquisição diferidos	11.	305.736	269.950
Seguros		305.736	269.950
Ativo não circulante		1.765.251	1.953.026
Realizável a longo prazo		1.692.889	1.881.384
Aplicações	5.2., 5.3. e 7.	1.365.853	1.597.924
Créditos das operações com seguros e resseguros		25.424	13.969
Prêmios a receber	5.2. e 8.	25.009	13.969
Operações com seguradoras		415	-
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	101.018	59.681
Títulos e créditos a receber		178.998	194.505
Títulos e créditos a receber	10.1.	106.345	89.319
Créditos tributários e previdenciários	9.	57.477	90.630
Depósitos judiciais e fiscais	10.4.	15.176	14.556
Custos de aquisição diferidos	11.	21.596	15.305
Seguros		21.596	15.305
Imobilizado	12.	28.723	29.722
Imóveis de uso próprio		4.539	5.226
Bens móveis		23.600	22.908
Outras imobilizações		584	1.588
Intangível	5.5. e 13.	43.639	41.920
Outros intangíveis		43.639	41.920
Total do Ativo		4.052.560	3.727.469

Balancos patrimoniais	Notas	31/12/18	31/12/17
Passivo/Circulante		2.721.623	2.437.170
Contas a pagar	14.	248.208	234.707
Obrigações a pagar		62.123	77.000
Impostos e encargos sociais a recolher		80.746	68.132
Encargos trabalhistas		22.014	22.367
Impostos e contribuições		42.033	27.073
Outras contas a pagar		41.292	40.135
Débitos de operações com seguros e resseguros	15.	271.269	196.000
Prêmios a restituir		489	356
Operações com seguradoras		10.945	2.787
Operações com resseguradoras		81.788	48.557
Corretores de seguros e resseguros		174.574	139.605
Outros débitos operacionais		3.473	4.695
Depósitos de terceiros		14.906	12.698
Provisões técnicas - seguros	16.	2.187.240	1.993.765
Danos		2.056.697	1.876.873
Pessoas		104.530	116.092
Vida individual		26.013	800
Passivo não circulante		365.490	297.519
Contas a pagar		9.781	9.849
Tributos diferidos	9. e 14.	522	701
Outras contas a pagar	14.	9.259	9.148
Débitos das operações com seguros e resseguros	15.	6.726	2.052
Operações com seguradoras		2.767	-
Corretores de seguros e resseguros		3.959	2.052
Provisões técnicas - seguros	16.	329.635	260.313
Danos		282.794	221.020
Pessoas		46.655	39.285
Vida individual		186	8
Outros débitos	17.	19.348	25.305
Provisões judiciais		19.348	25.305
Patrimônio líquido	5.5.	965.447	992.780
Capital social	18.	467.259	467.259
Reservas de reavaliação	18.	81	156
Reservas de lucros	18.	464.793	505.442
Ajuste de avaliação patrimonial		33.314	19.923
Total do Passivo		4.052.560	3.727.469

Demonstração do resultado			
Demonstração do resultado do exercício	Notas	31/12/18	31/12/17
Prêmios emitidos	5.1. e 19.1.	3.408.237	2.988.223
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios	19.2.	(190.416)	(268.201)
(=) Prêmios ganhos		3.217.821	2.720.022
(-) Sinistros ocorridos	19.3.	(1.763.894)	(1.565.815)
(-) Custos de aquisição	19.4.	(688.829)	(578.959)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	19.5.	(48.849)	(48.545)
(+/-) Resultado com resseguro	19.6.	(17.369)	(8.648)
(+) Receita com resseguro		57.302	55.872
(-) Despesa com resseguro		(74.236)	(64.469)
(-) Outros resultados com resseguro		(435)	(51)
(-) Despesas administrativas	19.7.1.	(461.572)	(433.156)
(-) Despesas com tributos	19.7.2.	(85.955)	(74.781)
(+) Resultado financeiro	19.8.	219.207	236.478
(=) Resultado operacional		370.560	246.596
(-/+ Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(922)	(168)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		369.638	246.428
(-) Imposto de renda	19.9.	(82.896)	(53.846)
(-) Contribuição social	19.9.	(63.824)	(49.929)
(-) Participações sobre o lucro	22.2.	(44.968)	(32.558)
(=) Lucro líquido do exercício		177.950	110.095
(/) Quantidade de ações	18.a. e 18.e.	26.124	26.124
(=) Lucro líquido por ação (em reais)	18.e.	6.812	4.214
Demonstração do resultado abrangente			
Demonstração do resultado abrangente		31/12/18	31/12/17
Lucro líquido do exercício		177.950	110.095
Ajustes com títulos e valores mobiliários		19.299	16.833
Efeito tributário sobre ajustes com títulos e valores mobiliários		(5.908)	(7.575)
Outros resultados abrangentes do exercício		178	115
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		13.569	9.373
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		191.519	119.468

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Liberty Seguros S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em junho de 1996, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110, São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Liberty Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e de vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual está diretamente ligada à Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações Liberty Seguros S.A. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Companhia:



Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Reserva de lucros					
Descrição	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva estatutária	Reserva legal	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	467.259	296	397.419	23.821	10.665	-	899.460
Reserva de reavaliação: Realização	-	(140)	-	-	-	255	115
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	9.258	-	9.258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	110.095	110.095
Reservas estatutárias	-	-	78.697	-	-	(78.697)	-
Reserva legal	-	-	-	5.505	-	(5.505)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(26.148)	(26.148)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	467.259	156	476.116	29.326	19.923	-	992.780
Reserva de reavaliação: Realização	-	(75)	-	-	-	253	178
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	13.391	-	13.391
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	177.950	177.950
Reservas estatutárias	-	-	169.307	-	-	(169.307)	-
Reserva legal	-	-	-	8.896	-	(8.896)	-
Dividendos	-	-	(218.852)	-	-	-	(218.852)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	467.259	81	426.571	38.222	33.314	-	965.447

e empresarial); • Vida; • Transportes; e • Outros ramos. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. A exposição e gerenciamento desses riscos estão divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram autorizadas para emissão pela Administração em 25 de fevereiro de 2019. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, e as notas explicativas conforme legislação em vigor. a) **Declaração de conformidade:** Em 30 de julho de 2015, foi emitida a Circular SUSEP nº 517/15 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir da data de sua publicação. Essa Circular altera os anexos aprovados pela resolução CNSP nº 86/02 e revoga a Circular SUSEP nº 508/15. Não houve impactos relevantes que merecessem destaque nessa divulgação. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP". A Companhia efetua a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem os critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras, foram classificados como não circulates. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. c) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base de mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos

Demonstração de fluxo de caixa - método indireto			
Atividades operacionais:	31/12/18	31/12/17	
Lucro líquido do exercício	177.950	110.095	
Ajustes para: Depreciações e amortizações	19.248	16.023	
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	1.883	578	
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	3.613	237	
Outros ajustes	13.569	9.373	
	216.269	136.306	
Varição nas contas patrimoniais:			
Ativos financeiros	(16.478)	(288.026)	
Créditos das operações de seguros e resseguros	(187.314)	(126.848)	
Ativos de resseguro	(67.457)	(24.219)	
Créditos fiscais e previdenciários	33.140	30.262	
Depósitos judiciais e fiscais	(620)	2.577	
Despesas antecipadas	(2.203)	(369)	
Custos de aquisição diferidos	(42.077)	(38.514)	
Outros ativos	(61.902)	(18.391)	
Impostos e contribuições	14.966	12.395	
Outras contas a pagar	(1.527)	67.496	
Débitos de operações com seguros e resseguros	79.943	15.931	
Depósitos de terceiros	2.208	5.594	
Provisões técnicas - seguros e resseguros	262.797	288.168	
Provisões judiciais	(5.957)	952	
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	223.776	63.314	
Atividades de investimento			
Pagamento pela compra: Imobilizado	(9.987)	(7.192)	
Intangível	(13.595)	(17.597)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(23.582)	(24.789)	
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos	(218.852)	(26.148)	
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(218.852)	(26.148)	
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18.658)	12.377	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.477	44.100	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.819	56.477	
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(18.658)	12.377	

Em 2008, a holding do grupo, Liberty International Brasil Ltda., concretizou a aquisição da Indiana Seguros S.A., empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros dos ramos elementares e de vida. Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: • Automóveis; • Patrimonial (residencial

continua

→ *continuação* ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. f) **Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. g) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma entrou em vigor para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP, que manteve o CPC 39 - Instrumentos financeiros: Apresentação. - IFRS 16 (CPC 06) - Operações de arrendamento mercantil: a norma apresenta mudanças que afetarão principalmente a forma como as Seguradoras deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, passando a ser exigido que as empresas reconheçam ativos e passivos relativos aos arrendamentos mercantis operacionais que até então não eram registradas nas Demonstrações Financeiras. A norma passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia está analisando os impactos da aplicação deste normativo. - IFRS 17 - Contratos de seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Disponível e equivalentes de caixa:** Disponível e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (com vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor de mercado. b) **Ativos financeiros: i. Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Disponíveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; • Mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 39 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado. Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Companhia para a aquisição do ativo (incluindo o pagamento conhecido como "day-one profits/losses") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Companhia possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Companhia utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Companhia se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. Geralmente, juros sobre os ativos e passivos corresponsáveis não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida. **ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria compreende duas sub-categorias: **Ativos financeiros detidos para propósito de negociação:** A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **iii. Recebíveis:** Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem as demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável (*"Impairment"*) a cada data de balanço (vide política contábil na nota explicativa nº 3.f.). **iv. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de *"Impairment"*) na nota explicativa nº 3.f.). **v. Determinação de valor justo de ativos:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em *"bid price"*, também conhecido como "preço de oferta" e que representa o preço pelo qual um investidor estaria disposto a pagar por um determinado título. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. **c) Ativos não financeiros mantidos para venda:** A Companhia detém certos ativos mantidos para a venda que são oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados à venda dos ativos e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. **d) Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a condução dos negócios da Companhia e compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2008 (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado, com base em avaliações efetuadas por peritos independentes). Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens ca-

pitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **e) Ativos intangíveis: i. Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos, e são alocados às suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *"Impairment"* periodicamente pela Companhia. **ii. Licenças de uso de softwares adquiridas:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. **f) Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (*"Impairment"*):** **i. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (ou se um grupo de ativos) apresenta perda de seu valor recuperável (*"Impairment"*). Para esta análise a Companhia utiliza diversos fatores observáveis, que incluem: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como *default* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado título de um mercado ativo; • Informações observáveis que indicam uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos, embora esta redução não possa ser atribuída para os ativos individualmente significativos. Para avaliação da perda do valor recuperável de ativos financeiros classificados como empréstimos ou recebíveis, a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de perda de valor para ativos individualmente significativos. Se não existe evidência de que um ativo individualmente significativo apresentou perda de seu valor, a Companhia poderia, segundo essa metodologia, incluir o ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e acessar este ativo para avaliar o risco de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, ratings internos, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). A Companhia avalia periodicamente os prêmios vencidos e constitui uma provisão, de acordo com estudo atualizado semestralmente (vide nota explicativa nº 8). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos, que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual, não são incluídos na base de cálculo coletivo. A Companhia designa os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) e no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Companhia utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável (*"Impairment"*). **ii. Ativos avaliados ao valor justo:** A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como "disponível para a venda" apresenta evidências individuais de perda ao seu valor recuperável. No caso de investimentos em instrumentos de capital, a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo em relação ao seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. As perdas para redução ao valor recuperável em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com valor recuperável registradas são revertidas se o valor justo do instrumento financeiro aumentar, e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data em que a perda foi inicialmente reconhecida. **iii. Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que não possuem vida útil definida, como terrenos, por exemplo, não são depreciados e são testados para perda de seu valor recuperável anualmente. Ativos não financeiros sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para perda quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja mais recuperável. A redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período para o valor contábil do ativo que exceder o valor recuperável conforme CPC 01. **g) Contratos de arrendamento mercantil (*"leasing"*): Arrendamentos operacionais:** Os pagamentos feitos pela Companhia referente aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. A Companhia possui contratos de arrendamento operacional para equipamentos de informática. **h) Contratos de seguro e contratos de investimento - Classificação:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular nº 517/15 e alterações posteriores, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Adicionalmente, a Companhia contrata prestadores de serviço, tais como chaveiros, assistência 24 horas, vidros, etc. que são avaliados para fins de classificação de contratos, sendo classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. **i) Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro e resseguro: i. Avaliação de ativos de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) desses ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. **ii. Passivos de contratos de seguro:** A Companhia utilizou as diretrizes da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras. A Companhia não aplicou os princípios de Contabilidade Reflexiva (ou *"Shadow Accounting"*), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda, segundo o CPC 38, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro, segundo as práticas contábeis brasileiras anteriormente aplicadas. A Companhia não identificou provisões para catástrofes não permitidas na data de adoção do CPC 11. **j) Provisões técnicas -**

seguros: As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA. Os Custos de Aquisição Diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de *"run-off"* de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim, essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Companhia, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Avisados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. **k) Passivos financeiros:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo. Quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explicita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar a cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar, considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para este propósito. **l) Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras de procedimentos para a sua realização. Segundo esta Circular, a Companhia deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, esta deficiência que poderá ser líquida da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", e que sejam utilizados como base de apuração do cálculo de excedentes financeiros deve ser reconhecida na PCC ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de *Svensson* para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. **m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constituiu provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cujo exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros e cíveis são atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e os trabalhistas pela Tabela Prática do TRT da 2ª região de São Paulo. **n) Capital social:** As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. **o) Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas: i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro:** As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. O imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. **ii. Receita de juros e dividendos recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do exercício segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável (*"Impairment"*), a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **iii. Benefícios a empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. **Obrigações por aposentadorias:** As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são *continua*

→☆ **continuação** oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **Benefícios pós-emprego:** A Companhia não possui qualquer política ou programa de benefícios classificados em benefícios de longo prazo como benefício pós-emprego. p) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável anual acima de R\$ 240 por exercício. O Governo Federal editou em 22 de maio de 2015, a Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/2015 de 06 de outubro de 2015, aumentando a alíquota da contribuição social sobre o lucro de 15% para 20% a partir de 01 de setembro de 2015, sendo que tal alteração será válida até 31 de dezembro de 2018, retornando à alíquota de 15% a partir de 01 de janeiro de 2019. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto/2015, e 20% a partir de setembro de 2015, (vide nota explicativa nº 19.9.). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (terrenos e edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "*liability method*" segundo o CPC 32) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **4. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **i. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguros da Companhia é o componente onde a Administração mais utiliza estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Companhia utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Companhia divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. **ii. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** A Companhia possui processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, estes registros estão amparados pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. **iii. Cálculo de valor justo de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 39, a Companhia aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para venda", ativos "mensurados ao valor justo através do resultado" e "mantidos para negociação". Nesse processo a Companhia estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Companhia divulga na nota explicativa nº 5.3, informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. **iv. Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9. **5. Gerenciamento de riscos:** A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas, responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Companhia dispõe das áreas de Auditoria Interna e Governança Corporativa responsáveis por controles internos, SOX, *compliance* e normas. Para administrar os riscos a que Companhia está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificação e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Companhia dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência. **5.1. Gestão de risco de seguro:** Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuarial junto às áreas de subscrição da Companhia, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Companhia diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Companhia busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio e resseguro por área geográfica está evidenciada na nota explicativa nº 19.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de seguro:

Modalidade	31/12/18		Quantidade de segurados/ itens	31/12/17		Quantidade de segurados/ itens
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Líquido de resseguro		Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Líquido de resseguro	
Automóvel	352.915.563	352.915.563	1.480.805	312.692.069	312.692.069	1.441.944
Patrimonial	162.369.024	150.950.558	335.476	144.171.261	134.032.537	297.877
Vida	67.702.730	63.780.011	360.340	62.035.346	58.440.997	330.176
Transportes	155.375.994	151.016.723	96.895	126.321.947	122.777.824	78.777
Demais ramos	27.845.555	9.404.552	2.976	30.381.222	10.260.948	3.247
Total	766.208.866	728.067.407	2.276.492	675.601.856	638.204.375	2.152.021

(a) Esses montantes representam os valores máximos indenizáveis, em caso de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes nas respectivas datas-bases. Tais valores são calculados por meio da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutuamente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a Importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. A Companhia realiza testes de sensibilidade para demonstrar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas seguintes variáveis: • Sinistralidade - simulação do efeito de uma elevação de 5 pontos percentuais na sinistralidade; • Despesas administrativas - simulação do aumento de 10% nas despesas administrativas. Para a elaboração do teste foram utilizadas, respectivamente, a sinistralidade apurada na relação entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos, e o montante de despesas administrativas, ambos registrados nos últimos 12 meses contados a partir de cada uma das datas-bases apresentadas. A tabela abaixo apresenta os resultados brutos e líquidos de resseguros, considerando as respectivas premissas: **I) Auto:**

	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Impactos no resultado e no patrimônio líquido	(160.699)	(160.699)	(138.932)	(138.932)
Bruto de resseguro	(132.443)	(132.443)	(111.955)	(111.955)
Líquido de resseguro	(41.585)	(41.585)	(38.414)	(38.414)
Líquido de resseguro	13.329	13.329	11.437	11.437
Total	(160.699)	(160.699)	(138.932)	(138.932)

II) Danos - Exceto Auto:

	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Impactos no resultado e no patrimônio líquido	(20.563)	(15.300)	(17.539)	(14.271)
Bruto de resseguro	(18.444)	(13.181)	(15.382)	(12.114)
Líquido de resseguro	(4.510)	(4.510)	(4.054)	(4.054)
Líquido de resseguro	2.391	2.391	1.897	1.897
Total	(20.563)	(15.300)	(17.539)	(14.271)

III) Vida:

	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Impactos no resultado e no patrimônio líquido	(11.147)	(10.587)	(9.801)	(9.300)
Bruto de resseguro	(10.003)	(9.443)	(8.664)	(8.163)
Líquido de resseguro	(3.021)	(3.021)	(2.656)	(2.656)
Líquido de resseguro	1.877	1.877	1.519	1.519
Total	(11.147)	(10.587)	(9.801)	(9.300)

A Companhia demonstra nos quadros abaixo a composição de prêmios cedidos em resseguro em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ramo	Prêmio emitidos líquidos de cosseguro		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões (a)		% Ressegurado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Automóvel	2.756.853	2.472.522	-	199	0%	0%
Patrimonial	219.652	154.023	46.626	9.904	21%	6%
Vida	212.146	179.066	11.207	10.038	5%	6%
Transportes	95.579	70.048	3.022	2.091	3%	3%
Demais ramos	124.007	112.564	55.612	53.166	45%	47%
Total	3.408.237	2.988.223	116.467	75.398	3%	3%

(a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Ressegurador	Classe	Categoria de risco (*)	Prêmio cedido 31/12/18	Prêmio cedido 31/12/17	% cedido 31/12/18	% cedido 31/12/17
Liberty Mutual Insurance Company	Admitida	A	44.974	18.117	39%	24%
Lloyd's	Admitida	A+	4.208	5.094	4%	7%
Everest Reinsurance Company	Admitida	A+	1.029	872	1%	1%
Royal & Sun Alliance Insurance Plc	Admitida	A	598	561	1%	1%
Partner Reinsurance Europe Se (Antiga Partner Reinsurance)	Admitida	A+	528	292	0%	0%
Starr Insurance & Reinsurance Limited	Admitida	A	137	-	0%	0%

Ressegurador	Classe	Categoria de risco (*)	Prêmio cedido		% cedido	
			31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Swiss Reinsurance Company	Admitida	A+	111	226	0%	0%
Catlin Re Switzerland Ltd	Admitida	A	61	-	0%	0%
General Reinsurance Ag	Admitida	AA+	12	4	0%	0%
Transatlantic Reinsurance Company	Admitida	A	7	243	0%	0%
Scor Reinsurance Company	Admitida	AA-	3	98	0%	0%
Catlin Insurance Company (Uk) Ltd	Admitida	A	-	21	0%	0%
Hannover Ruck SE	Admitida	A	-	(3)	0%	0%
HDI-Gerling Welt Service Ag	Admitida	A	-	104	0%	0%
XL Re Latin America Ltd.	Admitida	A	-	117	0%	0%
Gard Marine & Energy Limited	Admitida	A+	(26)	2.650	0%	4%
Korean Reinsurance Company	Eventual	A	2	73	0%	0%
AXA Corporate Solutions Assurance	Eventual	AA-	(8)	908	0%	1%
Munich Re do Brasil Resseguradora S.A.	Local Sem Rating	25.945	4.346	22%	6%	
Terra Brasis Resseguradora S.A.	Local Sem Rating	13.971	11.888	12%	16%	
IRB Brasil Resseguros S.A.	Local Sem Rating	13.374	20.191	11%	27%	
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local Sem Rating	7.561	3.148	6%	4%	
Mapfre Re do Brasil Cia. de Resseguro	Local Sem Rating	1.717	980	1%	1%	
Markel Resseguradora do Brasil S.A.	Local Sem Rating	799	597	1%	1%	
XL Resseguros Brasil S.A.	Local Sem Rating	533	377	0%	1%	
Austral Resseguradora S.A.	Local Sem Rating	304	4.483	0%	6%	
Aig Resseguros Brasil S.A.	Local Sem Rating	280	-	0%	0%	
Allianz Global Corporate & Specialty Resseguros	Local Sem Rating	204	5	0%	0%	
Scor Brasil Resseguros S.A.	Local Sem Rating	143	-	0%	0%	
Ace Resseguradora S.A.	Local Sem Rating	-	6	0%	0%	
Total			116.467	75.398	100%	100%

(*) A Companhia utiliza como fonte para classificação de categoria de risco o site da autarquia SUSEP.

Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Ramo	Ativos de resseguro									
	PPNG		PPNG-RVNE		PSL/PDR		IBNR		IBNER	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Automóvel	-	-	-	-	154	12	-	-	-	-
Patrimonial	31.638	12.108	339	147	37.414	17.792	1.169	2.034	(2.220)	555
Vida	3.086	2.929	42	39	7.796	10.016	3.210	1.612	(966)	(688)
Transportes	2.515	2.245	384	10	2.898	2.409	8	514	961	(62)
Demais ramos	67.233	46.161	1.894	1.264	33.755	19.632	2.548	9.390	3.498	1.780
Total	104.472	63.443	2.659	1.460	82.017	49.861	6.935	13.550	1.273	1.585

5.2 Gestão de riscos financeiros e liquidez: A Companhia está exposta a riscos financeiros associados a sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez. O Grupo Liberty tem uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites para correta gestão e mitigação dos riscos. Esta política de investimentos compreende os principais critérios e restrições de acordo com a regulação local e também de acordo com a política mundial do Grupo Liberty para investimentos. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de seguro detidos pela Companhia e seus passivos, por vencimento:

Composição da carteira Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo	Saldo
			contábil 31/12/18	contábil 31/12/17
- Disponíveis para venda: Ativos pré-fixados				
Públicos	516.915	1.295.693	1.812.608	1.655.599
Ativos pós-fixados				
Públicos	-	-	-	74.128
Privados	70.292	55.027	125.319	156.296
Fundos de investimento	-	2.639	2.639	2.709
Índices de inflação				
Públicos	-	12.494	12.494	44.348
Privados	3.916	-	3.916	7.418
Outros	245	-	245	245
- Recebíveis, pré-fixados				
Prêmios a receber de segurados	1.057.062	25.009	1.082.071	881.152
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	31.462	415	31.877	47.364
Outros créditos operacionais	80.581	-	80.581	69.163
- Ativos de resseguro	96.338	101.018	197.356	129.899
- Títulos e créditos a receber	39.997	106.345	146.342	107.032
- Outros créditos	5.142	-	5.142	2.805
- Depósitos judiciais e fiscais	-	15.176	15.176	14.556
- Disponível e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)	37.819	-	37.819	56.477
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	1.939.769	1.613.816	3.553.585	3.249.191
Passivos: Contas a pagar	248.208	9.781	257.989	244.556
Débitos de operações com seguros e resseguros	271.269	6.726	277.995	198.052
Provisões técnicas - seguros	2.187.240	329.635	2.516.875	2.254.078
Outros débitos - provisões judiciais	-	19.348	19.348	25.305
Total de passivos	2.706.717	365.490	3.072.207	2.721.991

Embora haja um descasamento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Companhia classificados como disponíveis para venda, cujo vencimento é acima de um ano, tem liquidez imediata.

5.3 Gestão de risco de mercado: A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. O CPC 39 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • *Nível 1:* preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • *Nível 2:* inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • *Nível 3:* inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	31/12/18			31/12/17		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	-	74.128	-	74.128
Letras do tesouro nacional - LTN	1.373.011	-	1.373.011	1.312.363	-	1.312.363
Notas do tesouro nacional - NTN - Série B	12.494	-	12.494	44.348	-	44.348
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	439.597	-	439.597	343.236	-	343.236
Títulos privados						
Fundos de investimento - não exclusivos	2.639	-	2.639	2.709	-	2.709
CDBs ^(**)						

→continuação investimentos da Companhia apresenta as seguintes premissas: preservação do capital, a maximização de retorno dentro dos limites da prudência, liquidez, cobertura de reserva, margens de solvência e desempenho estável e previsível. Seguindo a política de investimentos, a administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Companhia pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Companhia adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco esteja entre "AA" até "B+", ou seja, bancos que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada. A aplicação de recursos da Companhia se dá através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI, em investimentos com alta liquidez e segurança. Apresentamos abaixo um quadro contendo a segregação dos ativos constantes na carteira de investimentos pelos seus respectivos ratings de escala internacional da Standard & Poor's. Para os títulos que não possuem rating em escala internacional, foi utilizada a escala nacional de classificação, também divulgadas pela Standard & Poor's. Os títulos que não possuem rating foram classificados no grupo "Sem rating".

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Escala Internacional						Saldo contábil	Saldo contábil	
	A	A+	A+	AA-	A-	BB			B
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro									
- Disponíveis para venda									
Ativos pré-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	1.812.608	-	1.812.608	1.655.599
Ativos pós-fixados									
Públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	74.128
Privados	-	-	-	-	-	124.585	-	734	125.319
Fundos de investimento	-	-	-	-	-	2.639	-	2.639	2.709
Índices de inflação									
Públicos	-	-	-	-	-	12.494	-	12.494	44.348
Privados	-	-	-	-	-	-	-	-	7.418
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-	-	245	245
- Recebíveis									
Prêmios a receber de segurados	-	-	-	-	-	-	-	1.082.071	1.082.071
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	-	-	-	-	-	-	-	31.877	31.877
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-	-	80.581	80.581
- Ativos de resseguro	77.660	9.095	185	262	3	-	-	110.151	197.356
- Títulos e créditos a receber	-	-	-	-	-	-	-	146.342	146.342
- Outros créditos	-	-	-	-	-	-	-	5.142	5.142
- Depósitos judiciais e fiscais	-	-	-	-	-	-	-	15.176	15.176
- Disponível e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº 6)	-	-	-	-	-	217	-	37.602	37.819
Exposição máxima ao risco de crédito	77.660	9.095	185	262	3	1.952.543	3.916	1.509.921	3.553.585

5.5 Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos "capital regulatório" e "capital econômico" segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia. A estratégia de gestão de risco de capital consiste na maximização do valor do capital da Companhia por meio da diversificação de suas operações nos diferentes ramos de seguros e canais de vendas, e da melhoria contínua dos processos de precificação e subscrição, com o objetivo de otimização do resultado técnico. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia. Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; e (ii) otimizar retornos sobre o capital para os acionistas. Durante o exercício, a Companhia manteve os níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios. Os detalhes do cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estão representados no quadro a seguir:

	31/12/18	31/12/17
Patrimônio líquido	965.447	992.780
Deduções: Despesas antecipadas	(7.616)	(5.413)
Crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa (vide nota explicativa nº 9)	-	(34.227)
Ativos intangíveis	(43.639)	(41.920)
Superavit entre provisões e fluxo realista de prêmios registrados (*)	17.378	21.421
Patrimônio líquido ajustado	931.570	932.641
Capital de risco - Subscrição	557.605	440.668
Capital de risco - Crédito	45.730	52.281
Correlação	(61.330)	(68.344)
Capital de risco - Operacional	22.192	17.499
Capital de risco - Mercado (**)	57.192	65.818
Capital de risco (a)	621.389	507.922
Capital-base - CB (b)	15.000	15.000
Capital mínimo requerido - CMR (maior entre (a) ou (b))	621.389	507.922
Patrimônio líquido ajustado	931.570	932.641
(-) Exigência de capital - EC	621.389	507.922
Suficiência de capital	310.181	424.719
Suficiência de capital (% da EC)	49,92%	83,62%
20% do capital de risco (***)	124.278	101.584

(*) Conforme resolução CNSP nº 343/2016, a partir de 2016 há exigência de ajustes no patrimônio líquido ajustado decorrente de efeitos econômicos. (**) Conforme resolução CNSP nº 321/2015, a partir de 2016 há exigência do cálculo do risco de mercado. (***) 20% do capital de risco deduzido o superavit do fluxo de prêmios/contribuições.

5.6 Gestão de risco operacional: A estrutura de gerenciamento de risco operacional da Companhia também compreende as áreas de Auditoria Interna e de Governança Corporativa. A área de Auditoria Interna, entre suas responsabilidades e objetivos, avalia: • O nível de aderência às políticas internas e regulamentos; • A efetividade dos sistemas de controles para minimizar os riscos de negócios derivados da aplicação de tecnologia, incluindo revisões de controles gerais, softwares, infraestrutura tecnológica e processos integrados de negócios; e • A acurácia e a confiança que pode ser depositada nas informações geradas. A área de Governança Corporativa tem como objetivos: • Monitorar e assegurar, em conjunto com as demais áreas da Companhia, a implantação, adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da Companhia, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, como também disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis, regulamentos vigentes, e alinhamento com as melhores práticas internacionais; • Garantir aderência aos fatores relacionados acima, através de mecanismos que tentam reduzir ou eliminar possíveis conflitos de interesse; e • Estabelecer princípios e elementos relacionados com políticas internas, objetivando a transparência das informações e proteção dos acionistas, clientes, funcionários e demais interessados.

6. Disponível e equivalentes de caixa:

	31/12/18	31/12/17
Caixa	23	98
Bancos em moeda nacional	23.967	15.341
Bancos em moeda estrangeira	13.612	40.834
Total de disponível	37.602	56.273
Equivalentes de caixa	217	204
Total de equivalentes de caixa	217	204

A Companhia registra em equivalentes de caixas os fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa que possuem liquidez diária. Os fundos já estão registrados a valor de mercado. Abaixo demonstramos a composição dos fundos em 31/12/18 e 2017:

Fundos de Investimentos	31/12/18		31/12/17		Taxa de juros
	Investimento atualizado	Valor de mercado %	Investimento atualizado	Valor de mercado %	
BRABESCO FIF PREMIUM	217	217 100,0%	204	204 100,0%	Pós-Fixado
Total	217	217 100,0%	204	204 100,0%	

7. Ativos financeiros: A composição dos títulos classificados como "disponíveis para venda", comparando seu valor de mercado com o seu valor de curva, está representada no quadro abaixo:

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/18			31/12/17			Taxa de juros	
	Investimento atualizado	Ajuste atua-mercado	Valor de mercado %	Investimento atualizado	Ajuste atua-mercado	Valor de mercado %		
Títulos de renda fixa								
Letras financeiras do tesouro - LFT	-	-	0,0%	74.141	(13)	74.128	3,8%	
Letras do tesouro nacional - LTN	1.339.181	33.830	1.373.011	70,2%	1.281.428	30.935	1.312.363	67,6%
Notas do tesouro nacional - NTN - Série B	12.039	455	12.494	0,6%	43.580	768	44.348	2,3%
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	418.361	21.236	439.597	22,5%	338.563	4.673	343.236	17,7%
Títulos privados								
Fundos de investimento - não exclusivos	2.639	-	2.639	0,1%	2.709	-	2.709	0,1%
CDBs	125.319	-	125.319	6,4%	150.317	-	150.317	7,7%
Debêntures	3.915	1	3.916	0,2%	13.537	(140)	13.397	0,7%
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 16.1)	245	-	245	0,0%	245	-	245	0,0%
Total	1.901.699	55.522	1.957.221	100%	1.904.520	36.223	1.940.743	100%
Circulante								
Não Circulante		591.368			342.819			
		1.365.853			1.597.924			
Total		1.957.221			1.940.743			

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro não exclusivos foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos, e dos CDBs foi apurado com base no percentual da taxa de mercado contratada (CDI). O valor de mercado dos demais títulos classificados como "disponíveis para venda" foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2018 e 2017, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Durante o ano, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018:

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/17	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ atualizações	Variação ajuste de mercado	31/12/18
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro - LFT	74.128	-	(76.553)	2.412	13	-
Letras do tesouro nacional - LTN	1.312.363	219.657	(292.417)	130.513	2.895	1.373.011
Notas do tesouro nacional - NTN - Séries B e F	387.584	78.893	(66.595)	35.958	16.251	452.091
Títulos privados						
Fundos de investimento - não exclusivos	2.709	-	(230)	160	-	2.639
CDBs	150.317	376.200	(408.373)	7.175	-	125.319
Debêntures	13.397	770	(10.865)	474	140	3.916
Outras aplicações						
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 16.1)	245	-	-	-	-	245
Total	1.940.743	675.520	(855.033)	176.692	19.299	1.957.221

8. Prêmios a receber: Ramo	31/12/18	31/12/17	Prazo médio de parcelamento
Automóvel	823.125	704.663	4 meses
Patrimonial	85.037	41.029	4 meses
Transporte	20.564	14.715	1 mês
Vida	78.514	71.669	4 meses
Demais ramos	81.795	53.684	1 mês
Subtotal	1.089.035	885.760	
(-) Redução ao valor recuperável	(6.964)	(4.608)	
Total	1.082.071	881.152	
Circulante	1.057.062	867.183	
Não circulante	25.009	13.969	
Total	1.082.071	881.152	

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito. O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018:

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2017	881.152
(+) Prêmios emitidos líquidos (*)	3.438.362
(+) Receita adicional de fracionamento (+/-) RVNE	63.306
(-) Recebimentos (+/-) IOF Líquido	5.511
(+/-) Redução ao valor recuperável	(3.313.090)
Total	9.186
Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2018	(2.356)
Total	1.082.071

(*) Foram considerados os prêmios diretos, prêmio de cosseguro aceito, atualização monetária, baixa de apólices incorráveis e cancelamentos. **8.1. Composição quanto ao prazo de vencimento:**

Aging	Vencidos	A vencer	31/12/18	31/12/17
1 a 60 dias + RVNE (*)	33.824	565.994	599.818	516.223
61 a 120 dias	2.058	266.456	268.514	210.253
121 a 180 dias	1.036	122.239	123.275	75.965
181 a 365 dias	216	71.301	71.517	68.049
Acima de 365 dias	902	25.009	25.911	15.270
Subtotal	38.036	1.050.999	1.089.035	885.760
(-) Redução ao valor recuperável	(6.964)	-	(6.964)	(4.608)
Total	31.072	1.050.999	1.082.071	881.152

(*) O saldo da RVNE no montante de R\$ 49.743 (R\$ 44.233 em 2017) foi alocado na coluna "A vencer - 1 a 60 dias".

9. Créditos tributários e previdenciários: O imposto de renda e a contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2018 e 2017, referem-se a:

	31/12/18	31/12/17
Ativo: Tributos a compensar	88	36
Tributos retidos na fonte	-	39
Total circulante	88	75
Prejuízo fiscal/base negativa	-	34.227
Subtotal prejuízo fiscal/base negativa	-	34.227
Imposto de renda	17.727	17.691
Contribuição social	10.637	10.614
Subtotal diferenças temporárias: (i)	28.364	28.305
PIS e Cofins sobre reservas de sinistros e IBNR	25.002	23.987
Outros	4.111	4.111
Subtotal outros	29.113	28.098
Total não circulante	57.477	90.630
Passivo	31/12/18	31/12/17
IR e CSLL sobre reservas de reavaliação	522	701
IR e CSLL sobre ganhos não realizados	22.209	16.300
Total de impostos diferidos (vide nota explicativa nº 14.a)	22.731	17.001

(i) As diferenças temporárias estão classificadas no ativo não circulante, sendo originadas, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, estimamos com base em ações similares que o seu prazo de realização será em até 3 anos. A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2017 e 2018, está apresentada na tabela a seguir:

Movimentação de créditos tributários e previdenciários	31/12/17	Constituições	Realizações	31/12/18
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL	34.227	-	(34.227)	-
Créditos tributários de adições temporárias	28.305	2.663	(2.604)	28.364
PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	23.987	1.015	-	25.002
Outros	4.111	-	-	4.111
Total	90.630	3.678	(36.831)	57.477
Reserva de reavaliação	701	-	(179)	522
Ganhos/perdas com ajuste a valor de mercado	16.300	5.909	-	22.209
Total	17.001	5.909	(179)	22.731

A movimentação dos impostos diferidos, contabilizados diretamente no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram:

	31/12/18	31/12/17
IR/CS sobre reavaliação	179	115
IR/CS diferido	(5.909)	(7.575)
Total	(5.730)	(7.460)

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, o plano de negócios da Companhia para os próximos exercícios. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses créditos. As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos. Estimamos que saldo residual de R\$ 28.364 decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias serão realizados nos próximos anos. **10. Outros ativos: 10.1 Títulos e créditos a receber:**

	31/12/18	31/12/17
Ressarcimento SFH (CEF) (*)	106.345	89.319
Ressarcimento DPVAT	643	636
Convênio Indiana (vide nota explicativa nº 20.a)	1.996	2.092
Intercompany (vide nota explicativa nº 20.a)	4.124	1.971
Outros (**)	33.234	13.014
Total	146.342	107.032
Circulante	39.997	17.713
Não circulante	106.345	89.319
Total	146.342	107.032

(*) A Companhia é detentora de créditos decorrentes do Seguro Habitacional

Table with 3 columns: Continuation status, 31/12/18, 31/12/17. Includes Circulante, Não circulante, Total.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018:

Saldo em 31 de dezembro de 2017: 285.255. (+) Constituições: 730.906. (-) Diferimento para despesa: (688.829).

Saldo em 31 de dezembro de 2018: 327.332. Para a Companhia, o ramo de maior representatividade na carteira é automóvel e o prazo médio de diferimento é de 12 meses.

12. Ativo imobilizado: Móveis, máquinas e utensílios, Equipamentos, Veículos. Table with columns for Terrenos, Edifícios, Máquinas, Equipamentos, Veículos, Imobilizado em andamento, Imobilizado Total.

Depreciação acumulada. Saldo em 31/12/17: (100.297). Saldo em 31/12/18: (102.191). Taxas anuais de depreciação - %: 4, 10, 10, 20.

13. Ativos intangíveis: Projetos de tecnologia em andamento. Saldo em 31/12/17: 41.920. Saldo em 31/12/18: 43.639.

14. Contas a pagar: Obrigações a pagar, Impostos e encargos sociais a recolher (a), Encargos trabalhistas, etc. Saldo em 31/12/18: 243.855.

15. Débitos de operações com seguros e resseguros: Prêmios a restituir, Operações com seguradoras, etc. Saldo em 31/12/18: 198.052.

16. Provisões técnicas - Seguros: Provisão de prêmios não ganhos, Provisão de sinistros a liquidar, etc. Saldo em 31/12/18: 2.124.179.

16.1 Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR. Saldo em 31/12/18: 1.541.218.

Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER. Table with columns for Bruto de Líquido de resseguro, Bruto de Líquido de resseguro, etc.

16.1 Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos: Total das provisões técnicas (a): 2.516.875.

Exclusões (b): Montante a ser garantido (c) = (a-b). Saldo em 31/12/18: 1.300.468.

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i). Saldo em 31/12/18: 285.

Diferença entre estimativa inicial e final. Saldo em 31/12/18: 285. Diferença % entre estimativa inicial e final: 97%.

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i). Saldo em 31/12/18: 198. Diferença entre estimativa inicial e final: 6%.

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i). Saldo em 31/12/18: 198. Diferença entre estimativa inicial e final: 6%.

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i). Saldo em 31/12/18: 198. Diferença entre estimativa inicial e final: 6%.

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i). Saldo em 31/12/18: 198. Diferença entre estimativa inicial e final: 6%.

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i). Saldo em 31/12/18: 198. Diferença entre estimativa inicial e final: 6%.

Títulos de renda fixa - públicos: 1.686.866. Títulos de renda fixa - privados: 16.034. Equivalentes de caixa: 217.

Garantias das provisões técnicas (d): 1.703.117. Saldo em 31/12/18: 1.703.117. Saldo em 31/12/17: 1.526.894.

16.2 Desenvolvimento de sinistros ocorridos: Saldo em 31/12/18: 124.278. Saldo em 31/12/17: 101.584.

Valores brutos de resseguro administrativos (em milhões de reais). Saldo em 31/12/18: 1.530.

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais). Saldo em 31/12/18: 1.300.

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais). Saldo em 31/12/18: 1.300.

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais). Saldo em 31/12/18: 1.300.

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais). Saldo em 31/12/18: 1.300.

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais). Saldo em 31/12/18: 1.300.



A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

→ **continuação** ocorridos há mais de 20 anos e sinistros registrados na conta transitória de sinistros a liquidar. Os valores apresentados são nominais e estão expressos em milhões de reais. Abaixo demonstramos a conciliação entre os saldos apresentados nos quadros acima para a linha de provisão de sinistros e a provisão de sinistro demonstrada na nota explicativa nº 16.

	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de sinistros judiciais	285	248	223	206
Provisão de sinistros administrativos	392	340	347	300
Total da provisão de sinistros	677	588	570	506
(-) IBNR	(113)	(106)	(95)	(81)
(-) Operações de cosseguro cedido	(8)	(8)	(12)	(12)
(+) Operações de cosseguro aceito	10	10	6	6
(-) Estimativa de salvados e ressarcidos	(20)	(20)	(17)	(17)
(+) Despesas relacionadas	12	12	10	10
(=) Provisão de sinistros (vide nota explicativa nº 16)	558	476	462	412

Sempre em busca das melhores práticas, a Companhia vem constantemente analisando o comportamento de seus sinistros e demais valores associados, testando e implementando alterações metodológicas em seu processo de cálculo de reservas, visando a melhor estimativa de suas obrigações futuras. **16.3 Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro:** A tabela a seguir apresenta a movimentação dos saldos de passivos de contratos de seguro entre 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018:

	PPNG	PSL/PDR	IBNR	IBNER	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.606.121	461.662	110.763	75.532	2.254.078
(+) Constituições decorrentes de prêmios	3.408.237	-	-	-	3.408.237
(-) Diferimento pelo risco decorrido	(3.217.821)	-	-	-	(3.217.821)
(+) Aviso de sinistros	-	1.632.917	-	-	1.632.917
(-) Pagamento de sinistros	-	(1.863.920)	-	-	(1.863.920)
(+/-) Ajuste de estimativa/Cancelamento de sinistro	-	318.540	22.017	(45.706)	294.761
(+) Atualização monetária e juros	25	8.598	-	-	8.623
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.796.562	557.707	132.780	29.826	2.516.875

17. Provisões judiciais e sinistros judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista, cível e sinistros judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

	31/12/18			31/12/17		
	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado	Quantidade	Valor reclamado	Valor provisionado
Tributária (a)						
Perda provável	2	3.422	3.422	2	9.275	9.275
Subtotal	2	3.422	3.422	2	9.275	9.275
Trabalhista (b)						
Perda provável	35	15.605	3.341	34	15.105	3.765
Perda remota	39	7.741	-	62	9.500	-
Subtotal	74	23.346	3.341	96	24.605	3.765
Cível (c)						
Perda provável	1.264	36.069	12.585	789	25.058	12.265
Perda remota	1.016	73.152	-	1.099	60.653	-
Subtotal	2.280	109.221	12.585	1.888	85.711	12.265
Total	2.356	135.989	19.348	1.986	119.591	25.305
Sinistro judicial (d)						
Perda provável	3.654	992.001	179.795	3.551	552.484	167.766
Perda possível	-	-	-	89	3.748	-
Perda remota	735	186.617	-	451	67.281	-
Total	4.389	1.178.618	179.795	4.091	623.513	167.766

A Companhia não possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível. (a) **Contingências tributárias:** Perda provável substancialmente composta por: Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia mantém provisão no valor de R\$ 1.908 (R\$ 5.333 em 2017), referente processo judicial de IPVA, e R\$ 1.514, (R\$ 3.942 em 2017), relativo à cobrança de multas sobre pagamentos do PIS em 2008 pela Receita Federal do Brasil. (b) **Contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas, no montante de R\$ 3.341 (R\$ 3.765 em 2017). (c) **Contingências cíveis:**

Região geográfica	Bruto de resseguro em 31/12/18						31/12/17					
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Vida	%	Transporte	%	Demais ramos	%	Total	%
Centro-Oeste	225.059	8%	13.415	6%	20.244	10%	4.529	5%	5.140	4%	268.387	8%
Nordeste	388.597	14%	10.905	5%	13.373	6%	5.284	6%	9.683	8%	427.842	12%
Norte	55.557	2%	1.782	1%	2.153	1%	4.064	4%	1.073	1%	64.629	2%
Sudeste	1.083.852	39%	111.752	51%	90.647	43%	44.944	47%	89.666	72%	1.420.861	42%
Sul	1.003.788	36%	81.798	37%	85.729	40%	36.758	38%	18.445	15%	1.226.518	36%
Total	2.756.853	100%	219.652	100%	212.146	100%	95.579	100%	124.007	100%	3.408.237	100%

Região geográfica	Líquido de resseguro em 31/12/18						31/12/17					
	Automóvel	%	Patrimonial	%	Vida	%	Transporte	%	Demais ramos	%	Total	%
Centro-Oeste	225.059	8%	13.113	8%	18.763	9%	4.456	5%	3.216	5%	264.607	8%
Nordeste	388.597	14%	10.655	6%	12.716	6%	5.269	6%	5.351	8%	422.588	13%
Norte	55.557	2%	1.757	1%	2.035	1%	4.064	4%	625	1%	64.038	2%
Sudeste	1.083.852	39%	67.456	39%	85.264	42%	42.028	45%	47.263	69%	1.325.863	40%
Sul	1.003.788	36%	80.045	46%	82.161	41%	36.740	40%	11.940	17%	1.214.674	37%
Total	2.756.853	100%	173.026	100%	200.939	100%	92.557	100%	68.395	100%	3.291.770	100%

19.2 Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(190.416)	(148.187)	(268.201)	(249.868)
Total da variação das provisões técnicas	(190.416)	(148.187)	(268.201)	(249.868)

19.3 Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguro				Líquido de resseguro			
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Automóvel	1.525.197	1.366.180	58%	61%	1.525.197	1.366.025	58%	61%
Patrimonial	75.368	65.836	40%	43%	51.444	56.380	32%	40%
Vida	78.269	66.408	39%	38%	67.299	54.558	36%	33%
Transportes	37.009	26.440	39%	38%	34.747	29.379	38%	44%
Demais ramos	48.051	40.951	56%	49%	27.621	3.763	53%	8%
Total	1.763.894	1.565.815	55%	58%	1.706.308	1.510.105	54%	57%

19.4 Custos de aquisição:	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	513.016	433.928	19%	19%
Patrimonial	63.882	52.566	34%	34%
Vida	68.499	58.989	34%	34%
Transportes	27.430	21.204	29%	30%
Demais ramos	16.002	12.272	19%	15%
Total	688.829	578.959	21%	21%

19.5 Outras receitas e despesas operacionais:	31/12/18		31/12/17	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Despesas com encargos sociais	(2.001)	(2.151)	(1.927)	(578)
Provisão para risco de crédito	(32.048)	(30.748)	(3.802)	(4.829)
Despesas com rastreador	(9.071)	(10.239)	(48.849)	(48.545)
Contingências cíveis	(48.849)	(48.545)	(48.849)	(48.545)
Outras despesas	(48.849)	(48.545)	(48.849)	(48.545)
Total de outras despesas operacionais	(48.849)	(48.545)	(48.849)	(48.545)

19.6 Resultado com resseguro:	31/12/18		31/12/17	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Receita com resseguro	57.302	55.872	61.030	46.210
Indenizações de sinistros	3.172	891	(6.617)	8.609
Despesa com sinistros	(283)	162	(74.236)	(64.469)
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(152.391)	(99.980)	59.231	18.311
Participações nos lucros	35.924	24.583	(17.000)	(6.363)
Despesa com resseguro	(17.000)	(6.363)	-	(1.020)
Prêmios de resseguros	(435)	(51)	(17.369)	(8.648)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	(17.369)	(8.648)	(17.369)	(8.648)
Comissões sobre prêmio de resseguro	(17.369)	(8.648)	(17.369)	(8.648)
Variação despesa de comercialização diferida	(17.369)	(8.648)	(17.369)	(8.648)
Salvados e ressarcidos	(17.369)	(8.648)	(17.369)	(8.648)
Outros resultados com resseguro	(17.369)	(8.648)	(17.369)	(8.648)
Total de resultado com resseguro	(17.369)	(8.648)	(17.369)	(8.648)

19.7 Despesas operacionais: 19.7.1 Despesas administrativas:	31/12/18		31/12/17	
	Despesa	Receita	Despesa	Receita
Despesas com pessoal	(260.651)	(248.625)	(84.960)	(81.777)
Serviços de terceiros	(87.821)	(80.073)	(19.248)	(16.023)
Localização e funcionamento	(26.696)	(24.131)	21.506	20.730
Depreciação/amortização	(3.702)	(3.257)	(3.702)	(3.257)
Publicidade e propaganda	(461.572)	(433.156)	(70.700)	(59.483)
Receita convênio com Indiana (vide nota explicativa nº 20.a)	(461.572)	(433.156)	(11.492)	(9.666)
Outras	(3.406)	(3.416)	(3.406)	(3.416)
Total	(85.955)	(74.781)	(85.955)	(74.781)

19.7.2 Despesas com tributos: COFINS PIS Taxa de fiscalização IPVA de salvados Outras Total

As ações cíveis impetradas por segurados são relacionadas, em sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial, ou que foram negados pela Companhia, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 12.585 (R\$ 12.265 em 2017). (d) **Contingências relacionadas a sinistros:** Na provisão de sinistros a liquidar, no total de R\$ 475.690 (R\$ 411.801 em 2017), vide nota explicativa nº 16, foram registrados os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 179.795 (R\$ 167.766 em 2017). Esses sinistros foram provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais e pelo departamento jurídico da Companhia, com base na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro. As movimentações das contingências passivas foram:

	Contingências			
	Tributária	Trabalhista	Cível	Sinistro judicial
Saldo inicial em 31/12/2017	9.275	3.765	12.265	167.766
(+) Novas constituições no exercício (a)	-	-	4.977	52.541
(-) Total pago no exercício (b)	-	(531)	(3.204)	(54.820)
(-) Baixa da provisão por êxito (c)	(3.426)	(161)	(2.028)	-
(+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades (d)	(2.427)	(55)	(533)	5.501
(+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros (e)	-	323	1.108	8.807
(=) Saldo final em 31 de dezembro de 2018 (a + b + c + d + e)	3.422	3.341	12.585	179.795

Quantidade de processos com probabilidade de perda provável 2 35 1.264 3.654
Depósitos judiciais em 31/12/2017 (vide nota explicativa nº 10.4) 615 1.108 1.916 10.917
Depósitos judiciais em 31/12/2018 (vide nota explicativa nº 10.4) 693 383 2.127 11.973

18. Capital social e reservas: (a) **Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 467.259 (R\$ 467.259 em 2017) e está representado por 26.124 ações nominativas e sem valor nominal (26.124 ações em 2017), sendo: • 19.397 (19.397 em 2017) ações ordinárias; • 6.727 (6.727 em 2017) ações preferenciais. (b) **Reserva de reavaliação:** Refere-se à reavaliação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários e das realizações mensais da reserva que serão mantidas até a sua efetiva realização. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de reavaliação de imóveis totalizou R\$ 81 (R\$ 156 em 2017). (c) **Dividendos:** O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 28 de março de 2018 foi aprovado, por meio de assembleia geral ordinária e extraordinária, o pagamento de dividendos à acionista Liberty International Brasil Ltda., no montante de R\$ 200.000 relativos ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, sendo que R\$ 26.148 foram provisionados em 31 de dezembro de 2017 representados pelo dividendo mínimo obrigatório de 25% e R\$ 173.852 oriundos da conta "Reservas estatutárias". Em 03 de outubro de 2018 foi aprovado, por meio de assembleia geral extraordinária, o pagamento de dividendos à acionista Liberty International Brasil Ltda., no montante de R\$ 45.000 com base nos lucros acumulados da Sociedade. (d) **Reserva de lucros:** Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 464.793 (R\$ 505.442 em 2017), sendo reserva estatutária R\$ 426.569 (R\$ 476.116 em 2017) e reserva legal R\$ 38.224 (R\$ 29.326 em 2017). (e) **Resultado por ação:** O lucro líquido por ação da Companhia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é calculado pela divisão da quantidade de ações nominativas e sem valor nominal. O cálculo do lucro líquido por ação é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

	31/12/18			31/12/17		
	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos (a)	Prêmios auferidos	Prêmios cedidos em cosseguro	Prêmios emitidos líquidos (a)
Automóvel						

—☆ **continuação**— forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos para qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares. **21. Benefícios a empregados:** Abaixo, estão discriminados os benefícios que a Companhia proporciona a seus empregados. Esses benefícios são alocados em despesa com pessoal, no grupo de despesas administrativas. A Companhia não concede benefícios pós-emprego. (a) **Plano de previdência privada complementar:** A Companhia proporciona um plano de previdência privada complementar aos seus funcionários, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 1.833 (R\$ 1.719 em 2017). (b) **Plano de assistência médica:** A Companhia proporciona aos seus empregados e dependentes plano de assistência médica junto à operadora Seguros Unimed. Os prêmios são pagos na modalidade de pré-pagamento, com coberturas hospitalares e ambulatoriais. Tal benefício é classificado na modalidade de contribuição definida. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 24.140 (R\$ 20.244 em 2017). (c) **Seguro de Vida:** A Companhia proporciona aos seus empregados seguro de vida. Tal benefício é classificado na modalidade de contribuição definida. As contribuições efetuadas durante o exercício totalizaram R\$ 583 (R\$ 556 em 2017). **22. Outras informações:** **22.1 Cobertura de seguros:** A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes

considerados suficientes pela administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades. A suficiência da importância segurada não faz parte do escopo de revisão pelos auditores independentes. A cobertura dos seguros em valores é assim demonstrada:

Itens	Tipos de cobertura	
	31/12/18	31/12/17
Edifícios	62.920	62.920
Responsabilidade civil	6.000	5.000
Total	68.920	67.920

22.2 Política de participação nos resultados: A Companhia utiliza uma política interna para o programa de participação do resultado em conformidade com a Lei nº 10.101/00. Anualmente é formada uma Comissão PPLR que tem por objetivo representar todos os funcionários da Companhia, assistidos pela área de Recursos Humanos e pelo Sindicato dos Secretários, nas reuniões de negociação do PPLR. Em 31 de dezembro de 2018 o impacto no resultado decorrente da provisão para participação nos resultados da Companhia totalizou R\$ 44.968 (R\$ 32.558 em 2017). **23 Eventos subsequentes:** Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras

Diretoria	Contador	Atuário
Carlos Adrian Magnarelli Presidente	Rogério do Nascimento CRC 1SP259014/O-4	Leonardo Diamante MIBA 1544
Paulo Tadeu Umeki Vice-Presidente		
Marcos Machini Diretor		

O Comitê de Auditoria da Liberty Seguros S.A. funciona de forma aderente às disposições da Resolução nº 312/14 do Conselho Nacional de Seguros Privados, e ao seu Regulamento Interno aprovado pela Administração. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos, com foco nas atividades: • De manutenção dos registros contábeis, da adoção das práticas contábeis estabelecidas pelos reguladores, e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras; • Da Auditoria Externa, avaliando escopo e desempenho dos trabalhos na área contábil voltados ao parecer sobre as demonstrações financeiras, que incluem as revisões dos controles internos, das práticas contábeis adotadas, dos trabalhos nas áreas de impostos e TI para o mesmo fim, e ainda trabalhos destinados a verificar o cumprimento de disposições regula-

tórias, considerando a habilitação e independência da Companhia e seus membros; • Da Auditoria Interna, avaliando a efetividade, grau de abrangência e resultados dos trabalhos, posicionamento na estrutura e independência, considerando também os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Matriz ("Corporate Internal Auditors") e; • Dos processos, sistemas e controles implementados (incluindo a Ouvidoria) visando o cumprimento de dispositivos legais e normativos e os regulamentos e códigos internos. As análises do Comitê desenvolveram-se com base nas informações e documentos recebidos dessas e de outras áreas da empresa, em reuniões com seus titulares, em reuniões próprias do Comitê, e em reuniões com o Diretor Presidente, a quem foram oferecidos os comentários pertinentes. Essas análises e conclusões estão registradas em atas das reuniões. Em resultado, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausências de controles, ato ou omissão

da Administração, indicativas de fraudes, falhas ou erros que possam colocar em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria revisou previamente à sua publicação, as demonstrações financeiras e notas explicativas da data-base 31 de dezembro de 2018, com a área de Contabilidade e com os Auditores Independentes, obtendo explicações pertinentes e concluindo, consideradas as suas responsabilidades e as limitações de escopo e alcance de sua atuação, que tais documentos estão adequados, foram produzidos de acordo com as normas aplicáveis e refletem nos aspectos relevantes a situação patrimonial e financeira da Companhia.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

Daniel C. Dominguez Massola **Renato Skaf dos Santos**
Luiz Roberto Cafarella

Aos Acionistas e Administradores da Liberty Seguros S.A. São Paulo - SP - CNPJ: 61.550.141/0001-72 - Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Liberty Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o

objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram

elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais SS
CNPJ 03.801.998/0001-11
CIBA 57
Ricardo Pacheco
MIBA 2.679



Aos Diretores e Acionistas da Liberty Seguros S.A. São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Liberty Seguros S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liberty Seguros S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras: A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude

é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador - CRC 1SP184050/O-6



Termoelétrica Santa Adélia Ltda.					
CNPJ/MF nº 04.710.129/0001-44					
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Em Milhares de Reais, exceto quando indicado)					
Balanco Patrimonial		Balanco Patrimonial		Demonstração dos Fluxos de Caixa	
	2018	2017	2018	2017	2018
Ativo Circulante	15.081	3.858	17.384	3.901	Fluxo de caixa das atividades operacionais
Caixa e equivalentes de caixa	1.615	2.489	4	—	Lucro antes do IR e da CS
Contas a receber de clientes	13.315	451	318	11	Ajustes de
Partes relacionadas	—	917	14.947	2.028	Depreciação e amortização
Tributos a recuperar	151	1	2.115	1.140	Provisão de restituição de energia
Não circulante	13.334	11.074	—	722	Juros e variações monetárias - partes relacionadas
Realizável a longo prazo	—	—	Patrimônio líquido	11.031	Partes relacionadas
Partes relacionadas	8.584	6.243	Capital social	11.031	Variações nos ativos e passivos
Outros investimentos	1	—	Total do passivo e do patrimônio líquido	28.415	Contas a receber
Imobilizado	4.749	4.831		14.932	Tributos a recuperar
Total do ativo	28.415	14.932			Fornecedores
					Adiantamento de clientes
Demonstração do Resultado	2018	2017	Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	Capital Social	Lucros Acumulados
Receita	30.024	18.443			Total
Custo das vendas	(9.178)	(11.393)	Em 1º de janeiro de 2017	11.031	—
Lucro bruto	20.846	7.050	Lucro líquido do exercício	—	8.370
Despesas administrativas	(302)	(397)	Lucros Distribuídos	—	(8.370)
Outras receitas, líquidas	3.878	1.863	Em 31 de dezembro de 2017	11.031	—
Lucro operacional	24.422	8.516	Lucro líquido do exercício	—	23.790
Despesas financeiras	(10)	(7)	Lucros Distribuídos	—	(23.790)
Receitas financeiras	583	738	Em 31 de dezembro de 2018	11.031	—
Resultado financeiro	573	731	Demonstração do Resultado Abrangente	2018	2017
Lucro antes do IR e da CS	24.995	9.247	Lucro líquido do exercício	23.790	8.370
Imposto de renda e contribuição social	(1.205)	(877)	Total do resultado abrangente	23.790	8.370
Lucro líquido do exercício	23.790	8.370			
Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	11.031	11.031	A Diretoria		
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil quotas - Em reais	2.156,71	758,79	Robson Manfrim Souza - Contador - CRC 1SP 241.675/O-2		
			As Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia		